



# DIÁRIO OFICIAL



Belém, Quarta-feira  
31 de Março de 2021

ANO CXXX DA IOE  
130ª DA REPÚBLICA  
Nº 34.539

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

228 Páginas

## NESTA EDIÇÃO

### EXECUTIVO

<b>GABINETE DO GOVERNADOR</b> .....	- PÁG. 04
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO .....	- PÁG. 06
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO .....	- PÁG. 07

### VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

AUDITORIA GERAL DO ESTADO .....	- PÁG. 07
---------------------------------	-----------

### SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO .....	- PÁG. 10
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 10
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 11

### SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. ....	- PÁG. 15
-----------------------------------	-----------

### SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

HOSPITAL OPHIR LOYOLA .....	- PÁG. 19
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ .....	- PÁG. 22
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ .....	- PÁG. 23
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA .....	- PÁG. 24

### SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 26
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	- PÁG. 27

### SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

AGROPECUÁRIO E DA PESCA .....	- PÁG. 27
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ .....	- PÁG. 29
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 29
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 31

### SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 34
--	-----------

### SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ .....	- PÁG. 35
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR .....	- PÁG. 126
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ .....	- PÁG. 127
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 128
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES .....	- PÁG. 129
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 130

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA .....	- PÁG. 134
--	------------

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

.....	- PÁG. 134
-------	------------

### SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ .....	- PÁG. 135
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES .....	- PÁG. 138

### SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO .....	- PÁG. 139
---	------------

### SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 149
--------------------------------------	------------

### SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ .....	- PÁG. 151
--	------------

### SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ .....	- PÁG. 151
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 152

### SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ .....	- PÁG. 154
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTES METROPOLITANO .....	- PÁG. 154

### SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS .....	- PÁG. 155
---	------------

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

.....	- PÁG. 155
-------	------------

### JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 161
---	------------

### LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 161
--	------------

### TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 163
--	------------

### MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ .....	- PÁG. 163
--	------------

### MUNICÍPIOS PARTICULARES

.....	- PÁG. 169
EMPRESARIAL .....	- PÁG. 179

## ATENDIMENTO ON-LINE DA IMPRENSA OFICIAL

De acordo com o Decreto Estadual 800/20, o serviço de recebimento de matérias para os clientes publicadores do Diário Oficial, esta sendo on-line, das 09H às 12:30H, pelos contatos:

Email: [loja@ioe.pa.gov.br](mailto:loja@ioe.pa.gov.br)

Telefone Temporário: (91) 98410-0543 (Rita Dantas)

(91) 99622-3938 (Jorge Cabral)





financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para não realização das contas a receber; • Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 18 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 19 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." E Seus Reflexos na Associação:** Em agosto de 2018, a associação tomou conhecimento de que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A associação esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro foram objeto de investigação do Ministério Público. Buscando honrar os 53 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional vêm sendo adotados desde 2017, a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência. Dentre outras ações podemos destacar a implantação do Programa de Integridade Anticorrupção; desenvolveu o programa de governança corporativa; instituiu normas de transparência e reorganização de todos os seus processos internos; treinamentos das novas regras institucionais à totalidade dos seus colaboradores; reestruturou sua diretoria; criou o departamento de controladoria; lançou o Código de Ética e de Conduta institucional com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção; estruturou a Superintendência Executiva de Integridade, com a contratação de colaboradores dedicados e estrutura própria; lançou o Canal de Denúncia e Canal de Consulta Ética; realizou treinamentos para colaboradores de diversas carreiras e níveis; e instituiu a publicação semanal Pílulas de Integridade. Este movimento de ações se tornaram uma rotina constante na entidade, levando e elevando o nível de disseminação da cultura e de aprendizado contínuo na aplicação dos mais modernos e seguros preceitos de governança e integridade. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibi-

dades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

Descrição	2.020	2.019
Caixa	78.877	51.643
Banco conta movimento (b)	6.238.455	4.899.089
	<b>6.317.332</b>	<b>4.950.732</b>

(a) Correspondem aos saldos em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

Descrição	2.020	2.019
Secretaria Executiva de Saúde Pública (a)	20.680.151	25.098.358
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)	-	(4.182.000)
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (c)	(6.994.836)	(4.405.596)
	<b>13.685.315</b>	<b>16.210.762</b>

(a) **Secretaria executiva de Saúde Pública:** As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. (b) **Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Em 31 de dezembro de 2019, correspondia aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores, principalmente no período em que a unidade hospitalar ainda não estava em pleno funcionamento, e revertidos no exercício de 2020 contra a rubrica de receitas diferidas apresentada no passivo circulante (nota explicativa nº 17). (c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, com baixa expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará no próximo exercício social. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.020	2.019
Saldo em 1º de Janeiro	(4.405.596)	(4.405.595)
Complemento de perdas estimadas	(2.289.240)	(300.001)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(6.694.836)</b>	<b>(4.705.596)</b>

Descrição	2.020	2.019
Dieta e fios cirúrgicos	192.754	69.245
Gases Medicinais	22.635	19.665
Materiais de Banco de Sangue	8.739	10.686
Materiais hospitalares de consumo	1.425.654	1.058.248
Materiais hospitalares de reposição	185.962	114.458
Medicamentos	1.816.775	671.482
Materiais de higiene e Limpeza	292.888	164.889
Materiais de Manutenção	276.608	20.754
Uniformes e enxovais	474.426	33.552
Demais materiais	488.024	366.499
	<b>5.184.465</b>	<b>2.529.478</b>

**8. Adiantamento a Fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2020, os adiantamentos a fornecedores estão representados por antecipações financeiras efetuadas para aquisição e manutenção de equipamentos hospitalares.

**9. Empréstimos de Medicamentos:** Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, através de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

10. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.	2.020	2.019
<b>a) Composição: Itens</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>
Benfeitorias	1.690.560	(378.396)
Instrumentos médicos Hospitalares	410.804	(167.123)
Equipamentos de informática	622.507	(539.759)
Máquinas e equipamentos Méd. Mhospitares	4.653.154	(2.558.863)
Móveis e utensílios hospitalares	750.422	(478.790)
Móveis e utensílios de escritório	140.272	(56.739)
Móveis e utensílios	570.356	(320.750)
Adiantamentos a fornecedores	36.738	-
<b>Total imobilizado</b>	<b>8.874.813</b>	<b>(4.500.420)</b>
Direito de uso de software	410.974	(259.818)
<b>Total intangível</b>	<b>410.974</b>	<b>(259.818)</b>
(-) Subvenções a realizar	(2.412.011)	-
<b>Total subvenções</b>	<b>(2.412.011)</b>	<b>-</b>

	2.020	2.019
	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
	1.312.164	1.373.170
	243.681	245.713
	82.748	297.067
	2.094.291	2.816.934
	271.632	333.164
	83.533	96.830
	249.606	194.717
	36.738	3.836
	<b>4.374.393</b>	<b>5.361.431</b>
	151.156	202.242
	<b>151.156</b>	<b>202.242</b>
	(2.412.011)	(3.051.170)
	<b>(2.412.011)</b>	<b>(3.051.170)</b>

b) Movimentação			
Itens	Saldo em 31/12/19	Adições	Saldo em 31/12/20
Benfeitorias	1.683.965	6.595	1.690.560
Instr. méd. hospitalares	374.595	36.209	410.804
Equipos de informática	791.399	(168.892)	622.507
Máquinas e equipamentos médicos	4.944.979	-	(291.825)
Móveis e Utensílios	465.084	105.272	570.356
Móveis e utensílios hosp.	736.402	14.020	750.422
Móveis e utensílios de escrit.	139.572	700	140.272
Adiantamento a fornecedores	3.836	32.902	36.738
(-) Depreciação **	(3.778.401)	(793.137)	(4.500.420)
<b>Total imobilizado</b>	<b>5.361.431</b>	<b>(597.439)</b>	<b>4.374.393</b>
Direito de uso de software	398.974	12.000	398.974
(-) Amortização **	(196.731)	(63.087)	(259.818)
<b>Total intangível</b>	<b>202.242</b>	<b>(51.087)</b>	<b>151.156</b>
(-) Subvenções a realizar *	(3.051.170)	-	(2.412.011)
<b>Total subvenções</b>	<b>(3.051.170)</b>	<b>-</b>	<b>(2.412.011)</b>
* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos bens. ** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2.020 montou a R\$ 785.106 (Em 2019 - R\$ 854.360).			
<b>c) Taxas de depreciação e amortização:</b> As taxas de depreciação e amortização praticadas são:			
<b>Descrição</b>	<b>Taxa ao ano</b>		
Equipamentos de informática	20,0%		
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%		
Móveis e utensílios	10,0%		
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%		
Móveis e utensílios de escritório	10,0%		
Direito de uso de software	20,0%		
<b>11. Fornecedores</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
Materiais e Medicamentos	4.426.319	2.872.043	
Imobilizado	43.648	211.583	
Serviços tomados Pessoa Jurídica	1.894.530	2.248.592	
	<b>6.364.497</b>	<b>5.332.218</b>	
<b>12. Honorários Médicos:</b> Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
Honorários médicos pessoa jurídica	2.984.891	1.632.973	
	<b>2.984.891</b>	<b>1.632.973</b>	
<b>13. Obrigações Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
Salários e ordenados	3.385.702	3.155.959	
Rescisões a pagar	-	6.837	
FGTS	518.769	504.291	
INSS	437.878	319.779	
Provisão de férias e encargos	7.085.915	5.767.765	
Outras	29.625	23.596	
	<b>11.457.889</b>	<b>9.778.227</b>	
<b>14. Obrigações Fiscais</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
Imposto de renda retido na fonte	2.211.778	930.213	
Imposto sobre serviços retidos na fonte	25.667	20.101	
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	518.081	83.564	
	<b>2.755.526</b>	<b>1.033.878</b>	
<b>15. Partes Relacionadas</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
<b>Ativo</b>			
<b>Empréstimos de materiais e medicamentos (a)</b>			
Hospital Galileu	36.453	27.798	
Hospital Oncológico	14.699	3.099	
Hospital Marabá	-	155.397	
Hospital Santarém	-	-	
Hospital Altamira	193.151	240.044	
<b>Empréstimos financeiros (b)</b>			
Sede Administrativa	7.080.826	1.431.865	
Hospital Marabá	820.000	920.000	
Hospital Barcarena	-	-	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>8.145.129</b>	<b>2.778.202</b>	
<b>Passivo</b>			
<b>Empréstimos de materiais e medicamentos (a)</b>			
Hospital Galileu	-	(823)	
Hospital Oncológico	-	(6.866)	
	-	<b>(7.690)</b>	
<b>Empréstimos Financeiros (b)</b>			
Hospital Galileu	(4.688.767)	(4.580.000)	
Hospital Oncológico	(1.022.194)	(944.300)	
	<b>(5.710.961)</b>	<b>(5.524.300)</b>	
	<b>(5.710.961)</b>	<b>(5.531.990)</b>	
<b>Passivo circulante</b>			
<b>(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos:</b> Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. <b>(b) - Empréstimos financeiros:</b> Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. <b>16. Estoques de Terceiros:</b> A Entidade, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, unidade pública que já se encontravam em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Assim o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão. <b>17. Receitas Diferidas:</b> Corresponde ao 1º, 3º, 6º e 10º termo aditivo ao contrato 046/2.012, pactuado junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à reforma, revitalização e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade, bem como, referente ao valor excedente das subvenções governamentais com custeio.			
<b>20. Receitas de Subvenções - Custeio:</b> As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.020 montaram R\$ 130.818.960 (2.019 - R\$ 127.964.001).			
<b>21. Despesas com Pessoal</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
Salários e ordenados	(41.300.190)	(38.540.311)	
Insalubridade	(3.031.183)	(2.388.729)	
Indenização	(575.826)	(1.184.291)	
Horas extras e adicionais	(2.020.959)	(3.560.874)	
Vale transporte	(1.020.045)	(974.925)	
Décimo terceiro salário	(4.266.115)	(4.126.659)	
Férias	(6.037.868)	(5.638.434)	
FGTS	(4.624.847)	(4.342.128)	
Provisão para descontinuidade -			
Multa rescisória FGTS	(1.808.232)	(1.284.578)	
Contribuição patronal ao INSS	(15.696.896)	(14.985.125)	
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	15.696.896	14.985.125	
PIS	(564.520)	(537.762)	
(-) Isenção do PIS	564.520	537.762	
Outras	(1.562.339)	(333.321)	
	<b>(66.247.604)</b>	<b>(62.374.250)</b>	
<b>22. Serviços de Terceiros</b>			
<b>Descrição</b>	<b>2.020</b>	<b>2.019</b>	
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(25.504.900)	(24.860.707)	
Serviços médicos tomados de pessoa física	(14.785)	-	
Serviços tomados de pessoal jurídica	(2.939.290)	(2.335.432)	
Serviços tomados de pessoal física	(107.163)	-	
	<b>(28.566.138)</b>	<b>(27.196.139)</b>	
<b>23. Custo Corporativo Compartilhado:</b> Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.			

continuação

Descrição	2.020	2.019
Medicamentos	(7.317.213)	(6.435.937)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(806.665)	(786.917)
Órtese e prótese	(2.572.329)	(2.264.568)
Materiais de uso do paciente	(7.154.273)	(6.763.435)
Gases medicinais	(558.205)	(508.336)
Gêneros alimentícios	(2.535.134)	(2.597.723)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.596.374)	(1.448.276)
Combustíveis e lubrificantes	(177.451)	(169.458)
Materiais de conservação e reparos	(708.101)	(632.380)
Impressos e materiais de expediente	(325.214)	(373.304)
Peças e acessórios de reposição	(178.265)	(181.724)
Materiais de laboratório	(803.401)	(709.571)
Outros	(1.928.920)	(205.966)
<b>Total</b>	<b>(26.661.545)</b>	<b>(23.077.595)</b>

**25. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.020	2.019
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	6.317.332	4.950.732
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	13.685.315	16.210.762
Partes relacionadas	8.145.129	2.778.202
<b>Total</b>	<b>28.147.776</b>	<b>23.939.696</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	6.364.497	5.332.218
Honorários médicos	2.984.891	1.632.973
Partes relacionadas	5.710.961	5.531.990
<b>Total</b>	<b>15.060.349</b>	<b>12.497.181</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **26. INSS Cota Patronal:** (a) **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2020 que Defere, sub iudice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2013 à 2015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de n.º 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015

**Dom João Bosco Oliver de Faria** - Presidente • **Pe Carlos Fritzen** - Superintendente Financeiro  
**Alba Lucia de Menezes Sá Muniz** - Diretor Geral do Hospital • **Carlos Henrique Reis de Oliveira** - Diretor Financeiro do Hospital  
**Cezar Lima** - Contador do Hospital - CRC: TC-CRC/PA-010598-06 • **David Martins Ferreira** - Contador Corporativo - CRC: ISP 195.413/O-2 "S" - PA

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores - **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA. Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA** (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a

foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. **O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2020 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.**

**(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 21 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **27. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência / Ananindeua-PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminado: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Ananindeua, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.020	2.019
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(3.965.701)	(3.857.274)
Contribuição patronal ao INSS	(15.696.896)	(14.985.125)
Contribuição ao PIS	(564.520)	(537.762)
Imposto sobre serviços (ISS)	(6.616.928)	(6.897.141)
<b>Total</b>	<b>(26.844.045)</b>	<b>(26.277.302)</b>

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **28. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade. **29. Outros Assuntos - Pandemia COVID-19:** O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes na economia nacional e internacional. A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial. A área da Saúde foi um dos setores que teve a rotina fortemente afetada pela pandemia de Covid-19. Os principais impactos observados na unidade hospitalar no exercício de 2020, foram:

- Aumento substancial dos estoques hospitalares, tendo em vista a necessidade de aumentar o estoque de segurança das unidades,
- Aumento de custos dos estoques hospitalares, em razão alta procura e baixa oferta de materiais hospitalares;
- A Administração entende que diante do impacto nas operações e resultados financeiros, e em função das medidas já tomadas, não há necessidade de provisionamentos adicionais até o momento.

nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." ocorrida no exercício de 2018 na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2.018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações

continuação

financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ananindeua, 19 de Março de 2.021.

**LM Auditores Associados** - CRC 2SP018.611/O-8  
**Maurício Diácoli** - CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 641157

**CAMINHOS**  
Um Portfólio

**Estadual**  
**Gomes**  
DE HISTÓRIA

Ronaldo Franco  
José Maria de Vilar Ferreira

**4 SÉCULOS DE CHUVAS**

**Terra**  
de  
**Revolta**

o e Sergio Bastos

**Orboleta**  
**Lieta**

**Edições**  
**ide**  
4009-7817

Ana Renata R. Lima Pantoja